

REABILITAÇÃO URBANA E CULTURAL DA RUA JAPÃO - SÃO VICENTE, SP

TALITA COELHO PEREIRA FERNANDES*

MÔNICA ANTONIA VIANA**

* Graduada no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos - UniSantos. E-mail: talita.fernandes.24@gmail.com

RESUMO

Nesse projeto de intervenção urbana há a preocupação primordial pelo respeito às tradições e à história, de modo que toda a pesquisa e as premissas do projeto giram em torno de um só ponto: os habitantes locais. O objetivo é colaborar para que a os moradores da Rua Japão, uma antiga comunidade tradicional de pescadores, permaneçam no seu espaço e tenha condições de vida que atendam aos seus anseios e necessidades. Além de resgatar a rica cultura local que a cada dia está mais esquecida e abandonada. Neste contexto, o projeto propõe uma reabilitação urbana na área da Rua Japão, no município de São Vicente/SP, local originalmente habitado por pescadores profissionais e artesanais, constituindo-se hoje em um híbrido da cultura Japonesa, Caiçara e Nordestina.

PALAVRAS CHAVE

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Reabilitação Urbana. 3. Pescadores Caiçaras. 4. Rua Japão. 5. São Vicente.

** Doutora em Ciências Sociais pela PUC SP, mestre pela FAUUSP e graduada pela PUC Campinas. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e Líder do grupo de pesquisa Observatório Socioespacial da Baixada Santista - Observa BS da UniSantos. E-mail: moviana@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um projeto de reabilitação urbana que resulta de um Trabalho de Conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos elaborado no de 2016, sob orientação da Profa. Dra. Mônica Antonia Viana. Com base no referencial teórico e na metodologia adotada SÃO analisadas as várias dimensões do problema a ser enfrentado pelo projeto, visando subsidiar a intervenção na cidade como construção social. Neste contexto, percebe-se que as atividades humanas e seus aspectos sociais são questões que estão sempre presentes na arquitetura e urbanismo, no planejamento urbano e da paisagem, materializando-se como diferentes formas e funções.

As ações de intervenções urbanas são designadas de diversas formas, porém as nomenclaturas usadas são confusas e com isso gera o seu uso indiscriminado. É claramente importante o emprego adequado das terminologias, na medida em que “o nomear preciso qualifica e dá corpo às ações, conceitos e critérios empregados em cada caso. Nesse âmbito, o uso deste ou daquele termo “não é, ou não deveria ser, de forma alguma aleatório” (ZEIN e DI MARCO, 2007, p. 70). Devem indicar de forma precisa todas as ideias propostas, não podendo resultar de mera expressão de vontades subjetivas, tampouco é feito de pura objetividade.

Ao fazer o resgate histórico dos conceitos, pode-se verificar que o emprego das terminologias utilizando o prefixo “re” tem início na década de 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, e se prolonga até os dias atuais. Observa-se diversas expressões, que guardam diferenciações conceituais e de estratégia de intervenção, como: reestruturação, revitalização, reapropriação, renovação, reabilitação, reciclagem, restauração, redesenho. (FERRARA, 1983, p. 130-148) Portanto, é de extrema importância saber qual terminologia o projeto deve se embasar. A partir do estudo dos critérios de cada metodologia urbana, pode-se conhecer e analisar qual é o caráter da intervenção e quais são as estratégias tomadas à partir disso Para este projeto adota-se o conceito de Reabilitação Urbana. O método possui características de recuperação da estima do local e a ação de preservação da arquitetura comum. Como a intenção do projeto é justamente a recuperação do sentimento de orgulho pela Rua Japão e toda a sua história, como lugar de vida e expressão cultural, através do resgate da cultura Caiçara e Japonesa. Portanto, a ação de Reabilitação Urbana cabe perfeitamente no sentido de dar uma nova vida à rua e à todos os seus moradores.

Desta forma, o projeto propõe uma reabilitação urbana na área da Rua Japão, no município de São Vicente/SP, local originalmente habitado por pescadores profissionais artesanais e pescadores japoneses. A antiga Rua Guamiun mudou seu nome quando foi implantada pela prefeitura local em 1998 a Praça Kotoku Iha, em função de um investimento vindo a partir da irmandade entre a cidade de Naha no Japão com a cidade de São Vicente.

Com o passar do tempo, o local foi sendo abandonado e há uma crescente degradação, gerando certo nível de insegurança. Com isso, é cada vez mais recorrente o desinteresse da própria população pelo cuidado da rua e o sentimento de orgulho que antes existia desapareceu. Esse sentimento de perda também cabe em relação à pesca e às culturas japonesa e caiçara, expressões culturais que cada vez mais são esquecidas.

A partir da análise do diagnóstico, a proposta de intervenção pretende resgatar o uso turístico e cultural da praça, que antes era um ponto turístico na cidade de São Vicente, e dar novas atrações à área da Rua Japão que servirão tanto para os turistas, quanto para os moradores locais. Como a principal preocupação é manter os habitantes da rua, a Reabilitação servirá tanto para melhorar seu espaço e a qualidade de vida local, quanto para recuperar a estima dos moradores e a memória do local.

Sendo assim, essa operação servirá também como ferramenta para uma reabilitação cultural, no sentido de reviver as tradições e a história, por meio de diversas propostas que servirão para o resgate de uma memória que jamais deve ser esquecida.

Além dos pontos já citados, há também a intenção de valorizar este lugar de São Vicente que possui uma beleza encantadora e peculiar. A vista para o Parque Estadual do Xixová-Japuí, para a Ponte Pênsil e principalmente, o contato com o mar de forma peculiar em relação ao resto da cidade tornam a Rua Japão um local especial pelo resgate das identidades locais.

1. A CIDADE: SÃO VICENTE

Nesse tópico, é abordada a análise geral do município de São Vicente, cidade onde a área de intervenção do projeto está inserida. A síntese dos estudos de diversos aspectos é apresentada para permitir uma melhor compreensão do contexto geral do município, antes da apresentação dos estudos específicos da área da Rua Japão. A partir dessas informações e análises pode-se entender a justificativa e finalidade deste trabalho de forma mais eficaz.

São Vicente é um município da Microrregião de Santos, localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS no estado de São Paulo, Brasil. Foi a primeira vila fundada pelos portugueses na América, em 1532. Hoje, a cidade, situada na metade ocidental da Ilha de São Vicente, que compartilha com Santos, baseia a sua economia no comércio e no turismo. Os municípios limítrofes são: na parte leste, Santos, na parte norte e nordeste, Cubatão e São Bernardo do Campo, na parte oeste, Praia Grande, e sendo a área insular banhada pelo Oceano Atlântico ao sul.

A Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS é ligada à Região Metropolitana de São Paulo - RMSP por rodovias do Sistema Anchieta - Imigrantes. A Rodovia dos Imigrantes atinge o município, cruzando a área da ilha urbana e seguindo em direção à Praia Grande, pela transposição do Canal dos Barreiros, através da Ponte do Mar Pequeno, ou também pela ponte pênsil. Ligando Santos e São Vicente há a Avenida Presidente Wilson, além da Avenida Nossa Senhora de Fátima, que também há interligação com a Rodovia dos Imigrantes.

Quanto a hidrografia, os rios de São Vicente são divididos em dois tipos: os que possuem suas nascentes no alto da Serra do Mar e os que têm suas nascentes no sopé da Serra. As águas dos rios avançam pelo território de São Vicente em direção ao Oceano Atlântico, encontram o mar logo após a transposição do Canal do Barreiro, quando ingressam no Mar Pequeno e nas orlas das praias de São Vicente (Gonzaguinha), Milionários e Itararé.

A sensibilidade ambiental do complexo estuarino e das águas continentais e marinhas que afluem ao estuário não tem sido considerada nas ocupações e ações urbanas. As suas águas se mostram invariavelmente contaminadas e seus contornos alterados por aterros em razão da pressão urbana desordenada, ações que ignoram sua dinâmica natural e potenciais relações de transição com o meio ambiente urbano efetivamente ordenado, com relevantes impactos ambientais.

A exuberância ainda presente no meio natural de São Vicente e a pressão urbana espraída pelo seu território recomendam atuações planejadas observando valores sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais, não apenas valorizando o potencial das praias, mas também o valor da paisagem urbana e natural do estuário.

O município de São Vicente encontra-se inserido no bioma Mata Atlântica, apresentando rica biodiversidade. A vegetação remanescente da cidade apresenta uma área de 10.452 ha que ocupa aproximadamente 70,4% da superfície do município (EMPLASA, 2009). As categorias de maior ocorrência são: Floresta Ombrófila Densa (8.725 ha) e Formação Arbórea/Arbustiva Herbácea de Terrenos Marinheiros Lodosos (1.727 ha).

Esse alto índice de vegetação remanescente deve-se a presença de Unidades de Conservação no território do município, principalmente da Serra do Mar. No município de São Vicente, foram identificadas duas Unidades de Conservação, a do Parque Estadual Serra do Mar, instituída em 1977, e a do Parque Estadual Xixová-Japuí (Figura 3), decretada em 2009. São elas necessárias para a manutenção da biodiversidade local.

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO: RUA JAPÃO

A partir do diagnóstico geral da cidade de São Vicente, pode-se reduzir a escala de abrangência para um raio que enfoque mais o local de projeto, a Rua Japão. Adentrar assim, no local de estudo e área de projeto, passando a analisar a importância da intervenção urbana nesse lugar específico. Com os dados levantados, busca-se compreender a Rua Japão de uma forma muito mais ampla, principalmente no quesito cultural, que tem grande enfoque neste trabalho. É a partir dessas pesquisas que o partido do projeto é definido, com base nas reais necessidades do local e do público alvo do projeto.

A Rua Japão localiza-se às margens do Mar Pequeno, entre a Ponte Pênsil e a Ponte do Mar Pequeno, ou Rodovia dos Imigrantes, na parte insular da cidade de São Vicente.

Sua localização se dá no bairro do Parque Bitarú (Figura 1), próximo ao centro da cidade, e próximo à praia do Gonzaguinha. Também é uma área de frente ao bairro Japuí, onde se encontra o Porto das Naus e o Parque Estadual Xixová- Japuí.



Figura 1. Localização do bairro Parque Bitarú na cidade de São Vicente. Fonte: Google Earth.
Editado pela autora (2016).

O bairro do Parque Bitarú é o sexto maior bairro da cidade de São Vicente, tendo 15.879 habitantes (IBGE, 2010). É considerado um bairro residencial, tendo como suas principais vias de trânsito a Av. Capitão Mor-Aguiar e a Av. Capitão Luiz Antônio Pimenta. Nos seus limites estão localizados o cemitério municipal, o centro de convenções e o corpo de bombeiros.

A Rua Japão (Figura 2) foi escolhida nesse projeto devido a diversos fatores que evidenciam suas potencialidades. É um local de imensa importância na cidade de São Vicente, primeiramente no quesito cultural por ter abrigado a cultura caiçara e a cultura japonesa, além do histórico da pesca e venda de pescados que ainda hoje perdura, porém em uma escala bem menor. O comércio de peixes era intenso, e atraía diversos compradores devido à qualidade do produto, e assim ficou conhecida como um ponto de interesse aos compradores de pescado.

Em segundo lugar, é um local de importância turística, já que muitos turistas visitavam a Praça Kotoku Iha que era uma das atrações mais conhecidas na cidade. Além disso, muitas escolas levavam seus alunos até o local para ensinar sobre a cultura japonesa. Também é um local de muita beleza natural. A paisagem é considerada uma das mais belas da Baixada San-

tista, contemplando o Parque Estadual Xixová- Japuí e o Porto das Naus. Além disso, também conta com uma vista privilegiada para a Ponte Pênsil, cartão postal da cidade.



Figura 2. Visão em perspectiva da área da Rua Japão. Fonte: Google Earth.
Editado pela autora (2016).

2.1. Legislação Urbana: cidade legal x cidade real

2.1.1. Zoneamento Urbano: cidade legal

O zoneamento urbano em vigência que se aplica na área de estudo em questão divide a área em UPI, UP4 e ZHIS (Figura 3). Além desses, a proposta de intervenção propõe a criação de uma nova zona de uso, denominada ZEICULT (Zona Especial de Interesse Cultural), que pretende resguardar a diversidade cultural encontrada no local onde será aplicada, aqui nesse projeto especialmente na Rua Japão. Portanto, seguimos com as descrições de cada tipo de zoneamento:

- **Zona UP1 – Zona de Urbanização Preferencial Imediata:** são áreas urbanizadas, loteadas ou parceladas que apresentam diferentes níveis de infraestrutura urbana e de equipamentos urbanos e comunitários;
- **Zona UP4 – Zona de Urbanização Preferencial de Desenvolvimento Turístico:** são áreas lindeiras a praias, rios e recursos naturais e paisagísticos que apresentam grande potencial para o turismo tradicional ou ecoturismo, integrados inclusive pelos lotes com uma das faces para os logradouros pertencentes a essa Zona, que se subdivide na subzona UP 4-A, no bairro Itararé, cujo uso e ocupação do solo estão previstos no Título IV desta Lei Complementar.
- **Zona Habitacional de Interesse Social – ZHIS:** são áreas ocupadas irregularmente com habitações de população de baixa renda, em condições precárias e/ou insalubres, ou que serão destinadas para assentamentos de novas habitações, também para a população de baixa renda, que devem ser objeto de legalização da ocupação do solo e regularização específica da urbanização existente, bem como para implantação prioritária de infraestrutura, equipamentos urbanos e comunitários, visando à melhoria das condições de vida.
- **Zona Especial de Interesse Social e Cultural – ZEISCULT:** são áreas onde há a preservação de alguma cultura em especial, seja ela em relação aos moradores locais que ainda habitam e cultivam tal cultura até os dias

de hoje, ou à cultura que se deu em algum momento no local em questão. Além disso, são áreas de grande potencial turístico e econômico, mas que pretendem resguardar a população que lá vive, de modo a evitar o fenômeno da gentrificação. Importante destacar que a ZEISCULT proposta é um híbrido com a ZHIS, sendo áreas passíveis da regularização fundiária e urbanística em áreas da União.



Figura 3. Mapa de Zoneamento Urbano. Fonte: Prefeitura Municipal de São Vicente e Google Earth. Editado pela autora (2016).

2.1.2. Uso e Ocupação do Solo: cidade real

Sobre o uso do solo (Figura4) é predominante na área o uso residencial horizontal, demonstrando a característica do bairro Parque Bitarú de ser um bairro de baixo gabarito. Além disso, há um número considerável de habitações informais, sendo que essas áreas pertencem à Secretaria do Patrimônio da União (SPU).



Figura 4. Mapa de uso e ocupação do solo. Fonte: Prefeitura Municipal de São Vicente e Google Earth. Editado pela autora (2016).

2.2. Infraestrutura e Equipamentos Urbanos

O local de estudo conta com alguns equipamentos urbanos e de infraestrutura que atendem regionalmente e até em escala urbana. Podemos destacar dois bens públicos de grande importância à cidade, como o Centro de Convenções e o Teatro Municipal, apesar do último ainda estar em construção. Com isso percebe-se que a Rua Japão pode se integrar com os equipamentos culturais existentes e gerar um eixo cultural. Além disso, pode-se destacar também a presença do Corpo de Bombeiros, que atende municipalmente, e as escolas que atendem a demanda local.

2.3. Histórico: resgatando a memória da Rua Japão

A Rua Japão é uma pequena via que margeia o estuário, em frente a qual se encontra cerca de 120 casas. Numa mistura de raças e histórias, a bucólica rua começa na Avenida Capitão Luiz Pimenta e termina junto à Ponte do Mar Pequeno, no Parque Bitarú, sendo dona de uma paisagem privilegiada. Localizada entre o mar e um pedaço de mangue, seus moradores afirmam que a pesca lá é praticada desde que ele começou a ser habitado, e ainda hoje é conhecida como o reduto dos pescadores.

Recebeu esse nome em 1958, durante as comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil. Antes disso se chamou Guamiun, Curtume, Matadouro, Rio D'Avó e Portinho. Apesar do nome, são poucos os japoneses residentes no local. Mas os que lá estão, ali nasceram e seus pais vieram para cá por ocasião da Primeira Guerra Mundial.

A população, que antigamente contava só com famílias de pescadores, é composta por trabalhadores urbanos de baixa renda, descendentes de antigos pescadores ou não, e pescadores profissionais artesanais. Estima-se que na década de 1980 havia cerca de 65 pescadores artesanais residindo na rua, além de outros pescadores que moravam ao redor no bairro do Bitarú.

A Rua Japão é como uma pequena aldeia. A maioria é parente, todos se conhecem e se ajudam. Lá vivem famílias há gerações, que acreditam que o local carrega tantas histórias que seria impossível a mudança para qualquer outro lugar, e com isso criam suas famílias em casas que existem desde o século XX.

Inaugurada em agosto de 1998, a Praça Kotoku Iha se caracteriza como o marco da Rua Japão, que ficou conhecida como um núcleo de pescadores. A ideia de transformar o local em um recanto japonês partiu da união de São Vicente com a cidade de Naha, na Província de Okinawa, no Japão, que é cidade-irmã. A área é famosa por seu portal e pedra da sorte. Situada no estuário de São Vicente.

2.4. Diversidade Étnico-Cultural

A cidade de São Vicente conta com uma grande diversidade étnico cultural, abrangendo populações com origens indígenas, europeias, africanas, japonesas, caiçaras e nordestinas. Para desenvolvimento do projeto as últimas três origens citadas foram objeto de investigação, pois são as presentes de forma intensa na Rua Japão.

Marcada como um pequeno pedaço do município onde ainda existe uma pequena fração de preservação cultural, a Rua Japão conta com cerca de 6 famílias de origem japonesa, vinda originalmente da cidade de Okinawa, no Japão, no ano de 1908. As tradições são mantidas de geração a geração, embora hoje muito enfraquecida devido à falta de interesse pelas raízes culturais.

Também existem fortes traços da cultura caiçara, sendo esta rua o local de São Vicente onde mais perdura as tradições devido à pesca. Não existe a caracterização da população da Rua Japão como caiçaras, porém sabemos que existem traços de uma permanência caiçara no início da ocupação da Rua Japão, que fez com que ainda hoje considerada popularmente como um reduto caiçara.

Ainda existe a população com origem nordestina, vinda para São Vicente à procura de melhores condições de vida e mais oportunidades de emprego em diversas áreas, e que acharam na Rua Japão uma alternativa de trabalho a partir da pesca.

2.4.1. Cultura Caiçara

No Brasil, há inúmeras nações indígenas. No entanto, no ato da colonização, os índios foram gradativamente sendo exterminados de nosso litoral, deixando heranças que ainda hoje se perpetuam. Descendentes de Índios Tupi-Guarani, portugueses, e, em menor grau, dos escravos africanos, os Caiçaras foram os primeiros brasileiros do Novo Mundo, exemplo vivo desta combinação índio/colono, terra/mar – que se estabeleceram nos costões rochosos, restingas, mangues e encostas da Mata Atlântica. Povo anfíbio, entre o mar e a floresta, estas pequenas comunidades tentam, ainda hoje, preservar seus valores de grupo (Diegues, 2004).

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara*, o homem do litoral (SAMPAIO, 1987, apud ADAMS, 2000). É o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 2004) (Figura 5).

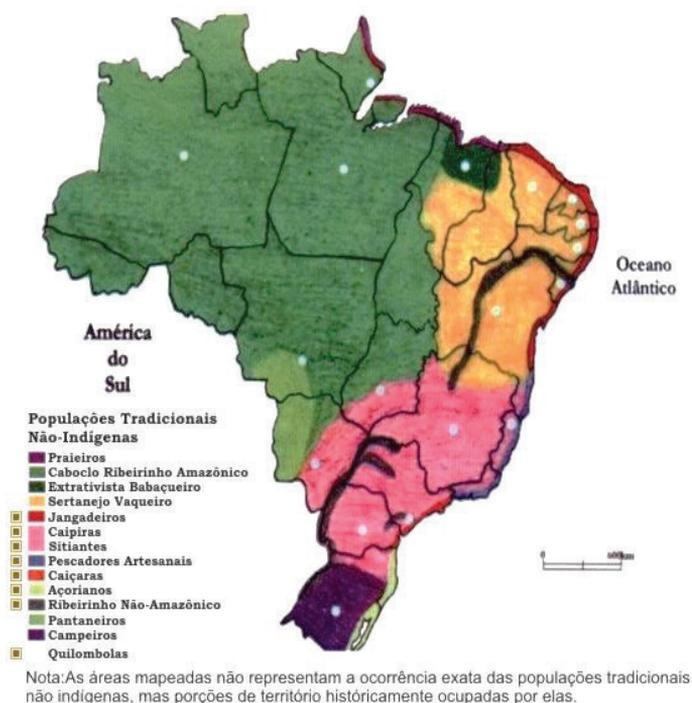


Figura 5. Mapa das Populações Tradicionais Não-Indígenas do Brasil.

Fonte; DIEGUES, Antônio Carlos. (2004).

O povoamento caiçara originou-se nos interstícios dos grandes ciclos econômicos litorâneos do período colonial, aproveitando as terras férteis, úmidas e quentes das baixadas

para fortalecer-se à partir da agricultura. Formaram-se pequenos aglomerados, e sua pequena produção se dava principalmente pela farinha de mandioca, peixe e algum café. Muitas vezes, esses pequenos núcleos converteram-se em compartimentos estanques, com pouca comunicação entre si ou com o exterior, em razão da dificuldade de comunicação por terra.

Desenvolveram a cultura da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. A decadência das atividades agrícolas incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos, sobretudo as de água salobra como estuários e lagunas. No interior desse espaço caíçara surgiram cidades como Parati, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião, Antonina, Paranaguá que em vários momentos da história colonial funcionaram como importantes centros exportadores (Figura 6).



Figura 6. Mapa das Populações Tradicionais Não-Indígenas do Brasil.

Fonte: DIEGUES, Antônio Carlos. (2004).

2.4.1.1. Modo de Vida

A pesca era uma atividade essencialmente masculina, exceto no caso da pesca da tainha, que se constituía numa forma de pesca coletiva (arrasto de praia), ou segundo Diegues (2004), a chamada “pesca social”, de grande importância para as comunidades caiçaras.

A essência da pesca artesanal é o conjunto de conhecimentos sobre meio ambiente, as condições de marés, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca. Esse conjunto de conhecimentos é em geral transferido de pai para filho e guardado cuidadosamente pelos pescadores. As “canoas de voga” (Figura 7) eram seu principal meio de transporte, já que não possuíam animais de carga.



Figura 7. Figura 3.14. Imagem das canoas de voga na Rua Japão

Fonte: Fotógrafo Marcos Piffer (2015).

Os pequenos e médios barcos a motor vieram fazer parte desta cultura nos meados da década de 1960. O homem caiçara passou de lavrador para pescador, e hoje podemos dizer que a pesca é a sua principal atividade. O aparelhamento e as embarcações sobreviveram de processos indígenas, ao passo que, na captura, predominam os elementos da cultura portuguesa. A poita, indígena, é nada mais do que uma âncora primitiva, empregada para canoas e redes. Também é possível identificar heranças na pesca providas da imigração japonesa, como é o caso do cerco (uma variante da rede de emalhar).

Com uma rica noção de pesca adquirida ao longo do tempo, os caiçaras começaram a trabalhar em barcos pesqueiros há cerca de 30 anos. Hoje, a maioria dos homens adultos é empregada em grandes barcos de sardinha, levando-os a pescar no “mar de fora”, desde Cabo Frio até a divisa com o Uruguai. Recebem porcentagens da pesca de acordo com sua especialidade e, em épocas de proibição da pesca (“defeso”), desembarcam de volta aos seus lares.

A função da mulher na sociedade caiçara é o da mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça. Seu papel é muito importante e essencial para a manutenção do grupo doméstico, sua reprodução, produção e sobrevivência. As tarefas femininas são bem definidas: preparo do alimento e criação dos filhos. Ao marido estão destinadas as atividades de caça e pesca, derrubada e queimada, construção dos ranchos de moradia, transporte e comercialização dos excedentes agrícolas, condução das canoas e dos trabalhos da roça, plantio e colheita (nestes casos podia ser ajudado pela mulher e filhos). Os caiçaras não usam a escrita, são sociedades em que o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade através de um linguajar particular.

2.4.1.2. Arquitetura Caiçara

A conformação do povoado caiçara era de um grupamento desordenado de casas isoladas umas das outras, escondidas entre a folhagem e protegidas do vento pela vegetação da orla da praia. Apesar de a propriedade ser privada, ela não era cercada e as trilhas permitiam o acesso de todos ao espaço da comunidade. A praia era o centro da vida caiçara e ponto de articulação com o mundo exterior. França, (apud ADAMS, 2000, p.30)¹ descreve de forma quase poética a ocupação caiçara:

¹ ADAMS, Cristina. Caiçaras na mata Atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000. 336 p.30.

Apetrechos de pesca largados nas praias ou recolhidos a miseráveis ranchos, juntamente com as canoas; ruínas de casarões e taperas, de velhos engenhos de aguardente ou das sedes de outrora importantes fazendas de café; capoeiras, roças, árvores de pomar; estreitas trilhas cruzando-se, em todas as direções, entrelaçando as peças, vivas ou mortas, dos povoados de praia são outras marcas sensíveis do apego humano pelas estreitas planícies da marinha:

2.4.1.3. Lazer e Religião Caiçara

Assim como em outras comunidades tradicionais no Brasil, os caiçaras acreditam em guardiães da floresta (curupira, mãe da mata e boitatá); em espíritos que protegem os animais em geral (anhangá), aqueles em reprodução (tapiora) e nos espíritos das áduas, que punem pescadores muito ambiciosos (mãe d'água).

Para as populações caiçaras, as formas de lazer e distração são as festas, procissões, danças, jogos e os pasquins, espécie de literatura de cordel que relatam a vida nas comunidades. Seu folclore é bastante rico. Os momentos de trabalho coletivo são também importantes fatores de integração social da comunidade: mutirões de derrubadas, de queimadas e as “campanhas” de pesca de tainha.

Os caiçaras são originalmente um povo de religião católica, herança esta gerada pelo colono português. Há várias festas relacionadas ao catolicismo, porém a mais famosa acontece no mês de maio em homenagem à Cruz (Santa Cruz). Durante três dias, a comunidade estará ocupada na realização da Festa de Santa Cruz.

Atualmente várias comunidades caiçaras fazem parte de Igrejas Pentecostais e Associações, dado o forte grau de contato das últimas décadas. Essas igrejas estão se tornando comuns e se espalhando rapidamente, o que faz com que o Catolicismo tradicional, suas festas e rituais vão se tornando cada vez mais raros. Também são responsáveis por alguns conflitos entre comunidades. Passou-se a brigar por religiões e por espaço entre a população caiçara, com discussões principalmente entre os católicos e evangélicos, sendo que os primeiros citados buscam pelo conservadorismo que a religião possui dentro das tradições caiçaras, enquanto os evangélicos buscam por uma nova vida, associada a uma fé exposta de modo diferente dos católicos.

2.4.1.4. Decadência das Comunidades Caiçaras

No contexto geral, as comunidades caiçaras, segundo Diegues (2004), mantiveram sua forma tradicional de vida até a década de 1950, quando as primeiras estradas de rodagem interligaram as áreas litorâneas com o planalto, ocasionando o início de um fluxo migratório. Porém, o aumento do fluxo não foi apenas migratório e nem somente unidirecional. A possibilidade de maiores acessos teve como consequência uma maior difusão de valores, padrões e práticas. Esta difusão, apesar de ser em ambos os sentidos, foi desigual, e o modo de vida urbano, com seus padrões e valores de uma sociedade industrial, penetrou na vida e nos lugares caiçaras.

As transformações socioeconômicas, que até então ocorriam lentamente, passaram a ocorrer de modo acelerado com a chegada do turismo e da urbanização do litoral. A paisagem rural foi-se transformando numa paisagem urbana e o caiçara foi sendo expulso para as cidades (VITAE CIVILIS, 1995; LUCHIARI, s. d. apud ADAMS).

A partir da década de 1980 surgem novas pressões aos territórios caiçaras, e novas ameaças às suas tradições culturais, à medida que estes espaços de ocupação tradicional transformam-se em áreas protegidas por lei. Órgãos governamentais ambientalistas entram em conflitos com as comunidades caiçaras, criando um quadro que reflete a situação acima exposta de crise dos manejos tradicionais acelerados com práticas preservacionistas do meio ambiente. Esta ameaça estimulou pesquisadores de diversas áreas a realizarem estudos sobre estes conflitos entre preservacionistas e caiçaras.

Antônio Carlos Diegues, um dos autores que publicou diversos textos sobre o tema em questão, realizou pesquisas com comunidades caiçaras da Mata Atlântica e reuniu artigos de diferentes pesquisadores em um livro denominado: Enciclopédia Caiçara - O Olhar do Pesquisador (2004). Os artigos tratam de diversos problemas envolvendo caiçaras tradicionais, unidades de conservação, turismo e urbanização. Há diversos relatos de perdas culturais, como o fim das festas, danças e músicas locais, fato este verificado em trabalho de campo da presente pesquisa, na área de estudo.

As comunidades caiçaras passaram a chamar a atenção de pesquisadores e de órgãos governamentais mais recentemente em virtude das ameaças cada vez maiores à sua sobrevivência material e cultural e pela contribuição histórica que essa população tem dado à conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento sobre a fauna e flora e os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais de que dispõem.” E ainda: “Essas iniciativas na área ambiental, caracterizadas por grande esforço de pesquisas inovadoras partiam do pressuposto que os caiçaras não eram adversários da conservação, mas seus aliados com base na constatação de um grande cabedal de conhecimento acumulado sobre a biodiversidade da floresta e do mar, e de engenhosos sistemas tradicionais de manejo.” (DIEGUES, 2004).

Pode-se então identificar um processo de reestruturação espacial, ambiental e sociocultural, que afeta tanto o ecossistema local quanto a cultura tradicional caiçara. Esta reestruturação tende a causar descaracterização da cultura local, e diversas mudanças no modo de vida, nas relações de troca, nos fluxos demográficos, transformando tanto a paisagem, as formas fixas, quanto à organização espacial como um todo.

De um lado existem o estímulo e a atração exercida pelas cidades, que chegam até o caiçara de forma quase que agressiva, de outro uma trava que não lhe permite atingir ou desfrutar de toda esta oferta de tecnologia, criando um impasse. Restam, em relação aos costumes, poucas alternativas: ou aderir às novas propostas, ou reorganizar-se, na tentativa de resgatar sua própria identidade cultural.

2.4.2. Cultura Japonesa

A primeira leva de imigrantes japoneses desembarcou do navio Kasato-Maru no Porto de Santos no dia 18 de junho de 1908. Desde então, é nessa data de 18 de junho que os japoneses radicados no Brasil comemoram o Dia dos Imigrantes. No navio havia 800 imigrantes, entre eles 781 imigrantes sob contrato para trabalhar nas fazendas paulistas e seus cafeeiros e 10 imigrantes espontâneos (HANDA, 1987).

Recém-chegados, os japoneses habitaram moradias improvisadas erguidas na periferia de Santos, humildes barracos com telhado de zinco, onde iniciaram o cultivo de hortaliças, vendidas nas ruas pelas mulheres, em cestas equilibradas na cabeça. Os imigrantes precisavam trabalhar para sobreviver e enviar dinheiro ao Japão, para saldar dívidas contraídas para a

viagem ao Brasil e também para ajudar a família. Outros grupos se juntaram a esses imigrantes na cidade de Santos, que contava na época com cerca de 60 mil habitantes; com o tempo, eles foram se envolvendo em outras atividades, além da agricultura.

Essas famílias eram todas de Okinawa, província mais ao sul do Japão, que consiste em 169 ilhas que formam o arquipélago Ryukyu, numa cadeia de ilhas de 1000 quilômetros de comprimento. Handa (1987) argumenta que alguns japoneses voltaram à Santos atraídos pelo cheiro saudoso da terra natal que o porto exalava. Ainda em 1908, outras famílias okinawanas, oriundas da Fazenda Floresta, também chegavam à cidade, passando a trabalhar como estivadores e operários na pedreira Jabaquara.

Com o crescente número de japoneses, surgiu, em 1913, o primeiro hotel de japoneses, batizado de Tokyo, aberto por Tsunetaka Enoki. Seis anos depois, instala-se na cidade a pensão Seikô-Kan. Foi ali em Santos também que, no dia 2 de março de 1924, seria aberto o primeiro escritório do Consulado do Japão na cidade. Uma pesquisa no ano seguinte já contabilizava a presença de 406 famílias japonesas na região, ou 1.632 pessoas, a maioria se dedicando à horticultura e à pesca.

2.4.2.1. O início da atividade pesqueira

A prática da pesca entre os japoneses tornou-se comum ao longo dos anos. Em 1911, há o registro do aparecimento do primeiro núcleo de pescadores japoneses em São Vicente, na Rua Guamiun (atualmente chamada por Rua Japão). Constituída de barracos com telhado de zinco, os moradores viviam e estocavam diariamente o produto da pesca, praticada com vara ou rede. Em Santos, Shima Tani Shi e Shimizu Yasujino Kun, provenientes de Kanagawa, foram os pioneiros da pesca brasileira. Nas horas de folga, esses pescadores levavam os patrícios em passeios pelo cais da cidade.

Os imigrantes contribuíram para o desenvolvimento da atividade, ao incorporar técnicas pesqueiras e conhecimento de navegação que resultaram no aumento da produção. Ao mesmo tempo, aprendiam novas técnicas que eram usadas pelos pescadores locais caíçaras, gerando no local uma hibridação de conhecimentos de pesca. Assim, construíam-se embarcações com base em projetos trazidos do Japão, que iam aumentando de porte para acomodar melhor o pescado, e também as chamadas “canoas de voga”, usadas pelos caíçaras. Também as redes seguiam modelos japoneses, inéditos no Brasil.

Inicialmente, a pesca processava-se com pesadas redes de algodão, de fácil destruição pela ação da água salgada e cujo formato permitia o arrasto apenas na beira da praia. Para melhorar a resistência das redes, os japoneses as banhavam, após a confecção, na água onde ferviam cascas de plantas de mangue.

Outra inovação foi a montagem de “varais” para pendurar as redes, permitindo a visualização do formato e do caimento, como se estivesse no mar; assim, eles percebiam a necessidade de eventuais reparos e a adequação do formato da malha. Além da inovação no formato da malha das redes, os japoneses introduziram as boias de vidro para a flutuação e as portas de ferro para abrir a rede, desenvolvimento tecnológico que propiciou o aumento da produtividade.

2.4.2.2. Evolução do setor pesqueiro

Inicialmente, o pescador imigrante japonês trabalhava sozinho, vendendo ele próprio o pescado, ou então era empregado, como “camarada”, em barcos pesqueiros brasileiros, recebendo diárias ou salários mensais. Posteriormente, ele passou a arrendar barcos e redes e,

a partir de 1923, naturalizou-se brasileiro para poder obter licença oficial para pescar. Com o auxílio de contribuições individuais, adquiriu redes de arrasto para utilização comunitária. Em 1932, fundou-se a Cooperativa Pesqueira de Santos, integrada por 63 cooperados.

Segundo informações cedidas pelo Museu da Pesca e Imigração Japonesa, que fica na cidade de Santos, São Paulo, os japoneses que conseguiram se capitalizar suficientemente se tornaram armadores de pesca, adquirindo embarcações de maior porte, dotadas de motor diesel e alguns deles, inclusive, distribuíam o pescado utilizando seus próprios caminhões frigoríficos. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses foram obrigados a abandonar o litoral, por ser este considerado zona estratégica e de segurança nacional.

Terminada a Guerra, alguns imigrantes retornaram ao Japão e outros, em 19 de maio de 1953, associados a brasileiros, fundaram a Cooperativa de Pesca Nipo-brasileira e, em 23 de julho de 1957, a Cooperativa de Pesca Atlântica de Santos, evidenciando-se nesse período a pujança do setor.

Os japoneses também se destacaram na pesca oceânica brasileira em razão da vinda da empresa Taiyo ao Brasil para atuar na captura de baleia e atum. Em 1986, com a proibição da pesca da baleia, a atuação da Taiyo concentrou-se na pesca do atum. Foi quando se fundou a Taiyo do Brasil. Sob a influência dos japoneses, uma espécie não conhecida até então foi denominada “Me-Kajike”, que, por corruptela, virou “Meka” e hoje “Meca”.

Atualmente há grandes empresários de origem japonesa na atividade pesqueira, incluindo, por exemplo, armadores de pesca e proprietários de instalações para resfriamento e processamento de pescado e de frotas de caminhões frigoríficos.

2.4.3. Cultura Nordestina

Com a libertação dos escravos e o início do Brasil República, São Vicente viveria um boom demográfico por meio de fluxos migratórios no final do século 19, com cerca de 4 mil habitantes. O aumento das atividades portuárias relacionadas à exportação de café no Estado de São Paulo impulsionaram uma forte expansão urbana na região, principalmente em Santos, seguida de São Vicente. A partir da década de 1940, surgiram as primeiras ocupações nos morros como alternativa habitacional para as classes de baixa renda, em locais próximos às áreas centrais e às linhas de bonde, para migrarem em seus postos de trabalho na cidade vizinha.

A implantação de um Parque Industrial em Cubatão reconfigurou a economia e a habitação regional, e garantiria um crescimento acelerado da população em São Vicente e, nos anos 60, foram se formando os bairros operários pelo município, que passou a ter a construção civil como um de seus importantes segmentos econômico. Essa expansão muito se deve pela vinda de famílias nordestinas que se achegaram à cidade e ao Estado de São Paulo como um todo em busca de oportunidades de trabalho.

A evolução urbana por meio do protagonismo do sertanejo - que vem do interior para o litoral - se torna marcante na cultura vicentina e estadual. Em relevância nacional, o êxodo rural nas décadas de 1960 a 1980 mobilizaram um contingente de 13 milhões de pessoas para os centros urbanos. Não à toa os filhos do Nordeste encontraria em nosso município e no litoral um reduto para a valorização e preservação de sua cultura.

Desde as influências do enriquecimento do vocabulário típico do Nordeste até a gastronomia com pratos mais temperados, boa parte da população desta região influenciaria na concepção cultural da Cidade. As artes contariam com a disseminação da literatura no fazer manual, de saber popular com novas lendas geográficas e do artesanato de rendas e bordados.

A gastronomia por vezes também em sincronia com os pratos da cultura negra, o ritmo mais agitado das danças e músicas com inclusão de novos instrumentos (entre eles, a sanfona), e as manifestações associadas aos festejos populares católicos, como as criações e manutenções de festas e quadrilhas juninas no município.

2.5. A Pesca na Rua Japão

A comunidade de pescadores artesanais da Rua Japão é uma das mais antigas da Baixada Santista, tendo surgido no começo do século XX a partir de uma colônia de imigrantes japoneses vindo da cidade de Okinawa. Ainda na década de 1920, a Rua era composta por japoneses e alguns pescadores nascidos na própria região. A pesca profissional já era a principal atividade econômica local, e os pescadores já se identificavam como pescadores profissionais, dedicando-se prioritariamente à essa atividade. O produto era comercializado na própria Rua Japão ou em diversas áreas da cidade de São Vicente.

Segundo o Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil (NETO, 1983), três fatores contribuíram para que a pesca fosse estabelecida tão cedo como atividade econômica principal na região, são elas: o pequeno desenvolvimento da atividade agrícola na Baixada Santista, que não garantia a reprodução social do caíçara na região; o surgimento de um mercado consumidor de pescado, representado pelos centros urbanos de Santos e São Vicente; e a influência da colônia japonesa que desde o início se dedicou à pesca na região.

O núcleo original de pescadores artesanais manteve sua estrutura tradicional até a década de 1940, apesar de ter sofrido diversas mudanças ao longo desse período. Com a segunda guerra mundial, a pesca foi proibida para os imigrantes de nações inimigas e a população japonesa teve que migrar para o interior de São Paulo. A maioria não voltou à São Vicente mesmo após a guerra, o que acabou por aumentar a proporção de pescadores caíçaras na região.

A organização social do núcleo de moradores da Rua Japão manteve-se durante todo esse período até os dias de hoje, graças à permanência caíçara e de algumas poucas famílias japonesas. A maioria dos pescadores dispunha de um equipamento de pesca mínimo: uma canoa escavada em tronco (chamada pelos caíçaras de “canoa de voga”), linha e anzol e tarafas. As armadilhas fixas (cercos e redes de espera) e as redes de lanço pertenciam apenas a alguns pescadores, que as utilizavam em parceria com os compadres e vizinhos. Os aparelhos de pesca eram confeccionados pelos próprios pescadores e o volume de produção era relativamente pequeno, voltado principalmente para os peixes de maior valor comercial, como a tainha e o camarão.

Os novos pescadores artesanais que se estabeleceram na Rua Japão após esse processo o processo migração à região, e que hoje formam a maioria dos pescadores, eram geralmente, antes de se dedicarem a pesca, trabalhadores urbanos sem qualificação ou com pequena qualificação, ajudantes da indústria, na marcenaria, na construção, entre outros. Esses pescadores integraram-se à população de pescadores tradicionais artesanais e aprenderam as artes da pesca no estuário, mas não assimilaram as regras culturais que direcionavam a conduta dos antigos pescadores do local. Houve então diversos conflitos envolvendo a pesca artesanal durante esse período de mudanças, mas que hoje já foram superados pela hibridação entre os antigos e novos costumes.

O autor Ribeiro Neto (1983) observa que a diferença natural entre esses dois grupos era de que para o pescador artesanal tradicional, fosse ele caíçara ou japonês, o sucesso na pesca depende da conjunção entre conhecimento e respeito, enquanto que para o novo pescador artesanal esse sucesso depende do trabalho e da honestidade. Uma característica

peculiar à Rua Japão, que a diferencia dos outros núcleos de pesca da Baixada Santista, é justamente o aparecimento deste núcleo de trabalhadores, geralmente migrantes de outras regiões que assumiram a pesca como profissão. Estes aprenderam a arte da pesca e tornaram-se pescadores artesanais, sem, contudo, assimilarem a tradição cultural do pescador local.

Entre os pescadores que ainda residem na Rua Japão, pode-se notar uma gama diferenciada de condições de vida e de estratégias de sobrevivência. Além daqueles que permanecem vivendo apenas do rendimento da pesca, há os aposentados que praticam a pesca para complementar a renda; os que abriram peixaria; os que hoje usam seus barcos para realizar o serviço de frete de pescadores para a pesca em locais mais distantes; e os que investiram o dinheiro ganho na pesca, na montagem de estaleiros para lanchas de passeio e hoje servem turistas, etc. Além destes, alguns poucos filhos de pescadores combinam a atividade pesqueira com outras do setor de serviços e construção civil.

Alguns dos moradores atuais se consideram a última geração de pescadores artesanais operando nos estuários da região. Entre as razões está o desinteresse das gerações mais novas em seguir no ramo pesqueiro, a decadência da cultura caiçara que é cada vez maior, as leis pesqueiras e de defeso que limitam a pesca, a redução do volume da captura de cada pescador, entre outros motivos.

2.6. Levantamento de campo: registro fotográfico

Realizou-se um levantamento fotográfico da Rua Japão, demonstrando alguns pontos de interesse e algumas problemáticas lá encontradas. A figura (8) mostra o portal que se encontra na entrada da Praça Kotoku Iha, mas que hoje encontra alguns sinais de deterioração e pichações. Ainda na praça, notamos o abandono que a mesma se encontra na figura (9), onde antigamente era um laguinho com carpas, e hoje encontra-se vazio.

A seguir, podemos notar na figura (10) a praça de skate, que se encontra em bom estado de conservação. Nas figuras (11) e (12) vemos a vista que a Rua Japão tem para o Parque Estadual Xixová-Japuí e para a Ponte Pênsil, e notamos a mata de Jundú² que se encontra na orla da praia.



Figuras 8 e 9. Levantamento fotográfico da Rua Japão.

Fotografadas e editadas pela autora (2016).

² Mata de Jundu: É uma mata de baixa estatura (aproximadamente entre 30 cm a 1,50m) formada por gramíneas e arbustos com uma rede de raízes profundas que seguram totalmente os grãos de areia a beira da praia.



Figuras 10 e 11. Levantamento fotográfico da Rua Japão.
Fotografadas e editadas pela autora (2016).

A figura (13) mostra o canal que existe mais a diante da Rua Japão, e que se encontra muito poluído. Podemos observar na figura (14) como os pescadores locais guardam seus barcos. Observa-se um pequeno paisagismo que a prefeitura de São Vicente realizou em 2014 na figura (15).



Figuras 12 e 13. Levantamento fotográfico da Rua Japão.
Fotografadas e editadas pela autora (2016).



Figuras 14 e 15. Levantamento fotográfico da Rua Japão.
Fotografadas e editadas pela autora (2016).

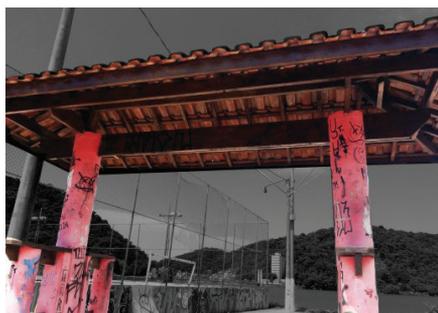
As figuras (16) e (17) mostram a orla da praia muito suja e poluída, e alguns barcos que os pescadores deixam na própria calçada por não terem lugares para guardar.



Figuras 16 e 17. Levantamento fotográfico da Rua Japão.

Fotografadas e editadas pela autora (2016).

Existe um portal japonês que se localiza perto da pista de skate, e que também encontra diversos sinais de deterioração e pichações, como demonstra a figura (18). A figura (19) mostra a quadra de futebol, muito utilizada pelos moradores locais e nas aulas de educação física e esportes da escola que se encontra no início da Rua Japão. A figura (20) é o Portal que simboliza a comemoração aos 30 anos do convênio Cidades-Irmãs – São Vicente e Naha (Japão) e do Centenário da Imigração Japonesa.



Figuras 18 e 19. Levantamento fotográfico da Rua Japão.

Fotografadas e editadas por Fernandes (2016).



Figuras 20. Levantamento fotográfico da Rua Japão.
Fotografadas e editadas por Talita Fernandes (2016).

3. O PROJETO

Faz aqui a apresentação do projeto de intervenção, iniciando pelas considerações sobre as diretrizes projetuais, para depois apresentar os desenhos. Para melhor visualização e compreensão do projeto a implantação foi dividida em 4 partes que se interligam, sendo elas: o setor Caiçara, o setor Guamium, o setor Japão e o setor Canoa de Voga.

3.1. Diretrizes Projetuais

A partir da leitura do território e do entendimento das dinâmicas socioespaciais que caracterizam a Rua Japão, foi possível compreender suas deficiências e potencialidades. A área é marcada por uma história muito significativa de diversidade cultural, mas que se hibridou de forma a se tornar uma cultura extremamente particular, formando a identidade da rua. Isto, por sua vez, acabou por despertar uma necessidade de pensar e desenhar esse espaço como forma de representação cultural por meio da arquitetura e urbanismo.

O contato com a população local foi extremamente importante para guiar e levantar questionamentos e propostas, trazendo as necessidades e a visão dos moradores para dentro do projeto. Por meio do diagnóstico completo, pode-se definir as principais diretrizes projetuais, que serão transformadas em partido para esse projeto:

- Resgate de valores da cultura caiçara e da cultura japonesa;
- Criação de mecanismos que facilitem o trabalho dos pescadores locais;

- Criação de novos meios de obtenção de renda, que sejam provenientes da pesca;
- Retomada do perfil turístico que existia no local;
- Melhoria da qualidade de vida dos moradores;
- Valorização da paisagem natural do local.

Desta forma, foi elaborado um programa que pretende reabilitar a rua no sentido de trazer vida, tanto para questões urbanas quanto culturais. O objetivo é atrair pessoas para o turismo e comércio, sendo imprescindível a implantação de equipamentos que complementem ambos os quesitos. Além disso, há a preocupação de difundir a diversidade cultural por meio da arquitetura e urbanismo, ou seja, como já apresentado, criar formas sutis de apresentação das culturas.

O material predominante para utilização nas edificações do projeto é a madeira, fazendo referência às casas caiçaras, e a arquitetura da cidade de Okinawa (Naha). Toda a cobertura vegetal será mantida, sendo feito um projeto paisagístico que usará somente espécies da Mata Atlântica e outras que fazem referência aos jardins japoneses, além de algumas características desses jardins, como pequenos lagos com peixes (carpas), jardins com areia (areia da praia da Rua Japão), entre outras.

O mar será o principal foco do projeto. A cultura caiçara e a cultura japonesa reverenciam o mar de forma plena, desta forma o projeto reverenciará o mar, sendo o programa totalmente voltado para explorar da melhor forma possível à vista ao mar. Além de fazer a integração de forma sustentável deste com alguns dos usos arquitetônicos e urbanísticos que serão implantados no local.

Outro intuito do projeto é estabelecer melhor a relação com as marinas que se encontram no fim da rua, e também com o entorno que abrange a Rua Japão. Além disso, houve a apropriação no projeto de áreas que não estavam regularizadas perante a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), como demonstrado na figura a seguir.



Figura 21. Mapa de localização de áreas apropriadas e realocação dos moradores para novo local.

Fonte: Google Earth. Editado pela autora (2016).

3.2. O Símbolo

O símbolo foi criado para caracterizar de forma figurativa a hibridação entre as culturas existentes na Rua Japão, e será amplamente usado em detalhes do projeto, como o desenho do piso, as contenções dos canteiros de jardins, entre outros que serão demonstrados no detalhamento do projeto.

Sendo assim, a canoa representa a canoa de voga, utilizada pela cultura caiçara de forma muito marcante, e o círculo vermelho representa a cultura japonesa por ser o símbolo da bandeira do Japão.



Figura 22. Símbolo do projeto da Rua Japão.
Elaborado pela autora (2016).

3.3. Setor Guamiun

O Setor Guamiun apresenta-se como o setor “funcional”, onde se concentra o setor de pesca que servirá para os pescadores locais, além de abrigar a grande âncora do projeto, que é o restaurante – escola. Sendo assim, apresenta o seguinte programa:

- Deck para atracação de embarcações
- Deck para pesca
- Cooperativa de pesca
- Mercado de peixes
- Parque
- Restaurante Caiçara
- Estacionamento

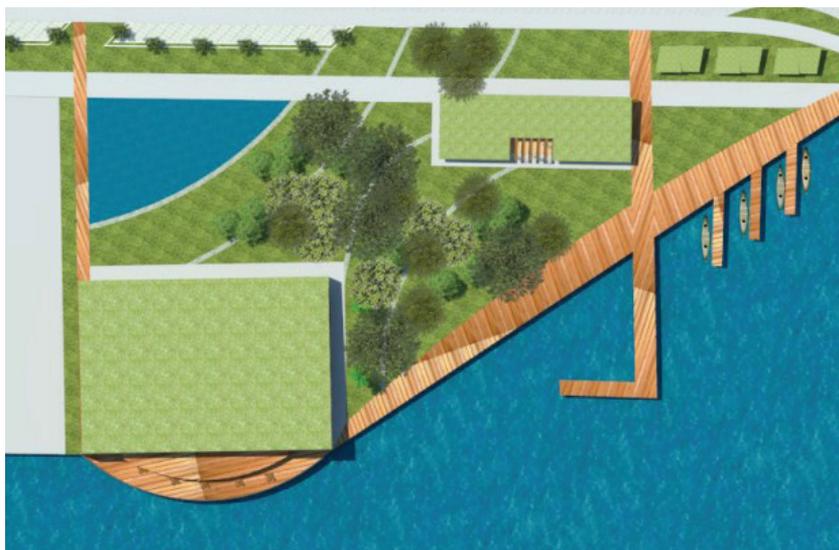


Figura 23. Implantação renderizada do Setor Guamiun.
Elaborado pela autora (2016).



Figura 24. Vista em perspectiva do Setor Guamiun.
Elaborado por pela autora (2016).

3.3.1 Restaurante e Escola de Culinária

Esse equipamento foi implantado estrategicamente perto da área técnica da Rua Japão, onde se encontra o deck de pesca, a cooperativa e o mercado de peixes, facilitando o transporte da carga de peixes até o restaurante. Além disso, sua localização atrairá pessoas que queiram experimentar o peixe pescado na rua Japão, sendo utilizadas a culinária caiçara ou japonesa.

O restaurante será mais uma alternativa de fonte de renda para a população local, permitindo que os moradores possam não só vender seus pratos típicos, mas também ensinar como fazê-los na escola de culinária, valorizando assim a rica gastronomia local.

Sendo assim, o edifício contará com dois pavimentos, onde no primeiro se distribuirá o grande salão, a área técnica da cozinha e as duas cozinhas (caiçara e japonesa) em formato de “cozinha aberta”, permitindo aos clientes observarem como funciona o preparo das comidas. No segundo pavimento encontra-se a escola de culinária, com suas salas de aula teórica, a parte técnica e as cozinhas para as aulas práticas, funcionando como um mezanino que permitirá aos alunos a observação do restaurante abaixo funcionando. Na parte externa o restaurante contará com um deck com vista ao mar.

Os materiais predominantemente empregados no projeto são madeira, tijolo aparente, concreto e vidro. Na cobertura, será utilizado o sistema de telhado verde, que consiste na aplicação e uso de solo ou substrato e vegetação sobre uma camada impermeável. Suas principais vantagens são facilitar a drenagem, fornecer isolamento acústico e térmico, produzir um diferencial estético e ambiental na edificação, e compensar parcialmente a área impermeável que foi ocupada no térreo da edificação. Essa solução pretende melhorar o problema de enchentes que existe na Rua Japão.

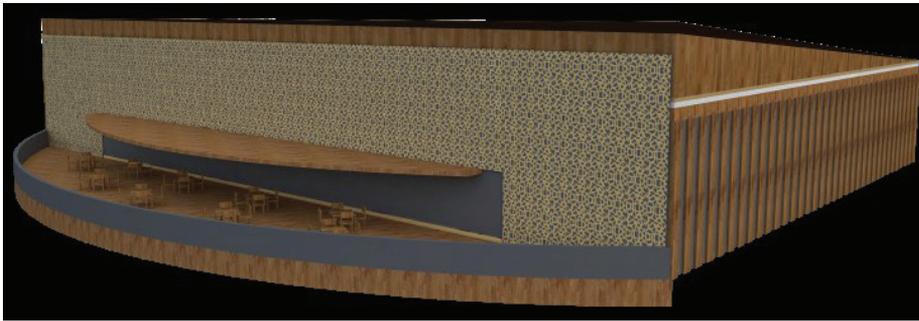


Figura 25. Perspectiva renderizada do restaurante.

Elaborado pela autora (2016).

3.3.2. Cooperativa de Pesca

A cooperativa servirá como um ‘apoio’ aos pescadores, onde poderão limpar e armazenar o pescado. Além disso, também pode servir de depósito para os equipamentos de pesca. O equipamento foi implantado estrategicamente no deck de pesca, de forma que facilita o transporte dos peixes entre a retirada dos barcos e canoas até o armazenamento na cooperativa. Os materiais empregados são madeira, tijolo aparente, concreto e vidro. Na cobertura, será utilizado o sistema de telhado verde.

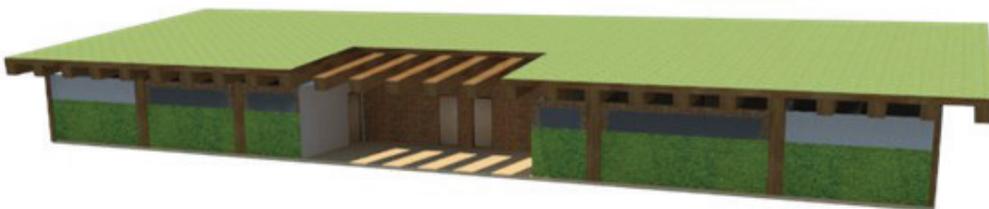


Figura 26. Perspectiva renderizada da cooperativa de pesca.

Elaborado pela autora (2016).

3.3.3. Mercado de Peixes

O mercado foi projetado para possibilitar aos pescadores locais a venda de seus pescados de forma mais atrativa e organizada. São pequenos quiosques que contam com um espaço suficiente para os equipamentos necessários, e dois balcões que dão abertura ao contato com os clientes. Os quiosques são feitos de madeira, tijolo aparente e concreto, contando com um telhado verde.



Figura 27. Vistas renderizadas do mercado de peixes.

Elaborado pela autora (2016).

3.4. Setor Canoa de Voga

O setor Canoa de Voga é o eixo de ligação entre o setor funcional e a praça Kotoku Iha, sendo o projeto de reabilitação da orla da praia, que antes era desprovida de urbanização. Apresenta-se o programa:

- Deck de contemplação
- Redes para descanso
- Quiosque



Figura 28. Implantação do setor Canoa de Voga.

Elaborado pela autora (2016).



Figura 29. Implantação do setor Canoa de Voga.
Elaborado pela autora (2016).



Figura 30. Implantação do setor Canoa de Voga.
Elaborado pela autora (2016).

3.5. Setor Japão

O setor Japão é caracterizado pela representação da cultura japonesa por meio do projeto da Praça Kotoku Iha. É feita uma revitalização mantendo as características principais do projeto original, mas reformulando o desenho e implantando um novo portal, e um gazebo japonês. O projeto da nova praça conta ainda com um lago para carpas, e espécies de árvores e arbustos característicos do Japão.



Figura 31. Vista da revitalização da Praça Kotoku Iha.
Elaborado pela autora (2016).

3.6. Setor Caiçara

Este setor é responsável por exprimir a cultura caiçara presente na região, evidenciando também a hibridação existente com a cultura japonesa. É também um setor esportivo, seguindo o programa:

- Estacionamento
- Campo de Futebol
- Pista de Skate
- Academia Comunitária
- Playground Infantil Temático
- Vestiários/W.C. Público/Arquibancada
- Praça Anfiteatro Caiçara
- Concha Acústica



Figura 32. Implantação do setor Caiçara.
Elaborado pela autora (2016).



Figura 33. Vista renderizada do setor Caiçara.
Elaborado pela autora (2016).

3.7. Mobiliário Urbano

O mobiliário urbano retrata de forma delicada os traços japoneses e caiçaras, apresentando a hibridação das culturas que é o ponto forte deste projeto. Isso levará em conta desde a iluminação, até bancos, placas ou paginação do piso.



Figura 34. Vista do mobiliário urbano.

Elaborado pela autora (2016).

CONSIDERAÇÕES

Conforme apresentado ao longo desse artigo, a preocupação primordial do projeto de intervenção foi com a população local e seu bem estar. Para tanto, é preciso utilizar a arquitetura e urbanismo como instrumentos de transformação de vidas, procurando preservar a memória, as culturas e costumes que vem se perdendo ao longo do tempo, em especial com as transformações da vida urbana, como na comunidade de pescadores da Rua Japão.

Refletir como as formas das intervenções arquitetônicas e urbanas podem mudar uma vizinhança, um bairro ou até uma cidade é, ou deveria ser, a preocupação de todo arquiteto. Sendo assim, neste projeto foi considerada cada opinião de moradores, os levantamentos de campo realizados por meio das visitas ao local, bem como as memórias da autora do projeto (Fernandes, 2016), que sempre frequentou a Rua Japão e acompanhou as mudanças e a degradação de um espaço tão importante historicamente para o município de São Vicente e para a região da Baixada Santista.

Buscou-se assim, identificar potencialidades no local explorado que, se exercitadas corretamente, podem tornar a vida mais agradável aos moradores, no sentido de poderem recuperar o sentimento de orgulho pela pesca e por sua cultura, além de propiciar uma renda maior por meio dos equipamentos propostos no projeto, como o restaurante, o mercado de peixes, entre outros.

É indubitável o fato de que este ensaio sobre as relações do espaço urbano e sobre o propósito de tornar a arquitetura mais humanizada não se encerra com o término deste trabalho. O ciclo da graduação da agora arquiteta está completo, porém novos caminhos estão por vir e a bagagem que a elaboração do seu Trabalho de Graduação deixou, com certeza influenciará em amplos sentidos, profissionais em relação ao exercício da arquitetura e o urbanismo, bem como na vida.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata Atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2000. 336 p.

BERRIO, Salvador Díaz y ORIVE B., Olga. *Terminologia general em materia de conservacion dei Patrimônio Cultural Prehispanico*. Roma: ICCROM, 1974.

CHOAY, F. e MERLIN, P. *Dictionnaire d'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

DEL RIO, Vicente. *Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro: A Contribuição*

do Estudo da Percepção Ambiental. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 1991

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador*. V. 1. São Paulo: HUCITEC, 2004.

EMPLASA / Fundação Seade. *Dados estatísticos dos municípios da RBCV*. Disponível em: <<http://iflor-estal.sp.gov.br/o-instituto/rbcv/estatisticas-municipios/>> Acesso em: 15 dez.2016.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Design/re-sign. In *Revista Através* n.1. São Paulo: Martins Fontes, Janeiro de 1983.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil*. T.A. Queiroz, editor. Centro de estudos nipo-brasileiros. São Paulo. 1987.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades*. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Pág. 125-128.

PICCINI, Andrea. *Cortiços na Cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

SANTOS, André da Rocha. *Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos*. 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2004. p. 49 – 70.

TIESDEL, Steven; TANER, C; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1996.

ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita. *A Rosa por outro nome tão doce...Seria?* In: Anais do 7º Seminário do_co,mo.mo_brasil. Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, Talita Coellho P. *Reabilitação Urbana e Cultural: Rua Japão – São Vicente, SP*. Trabalho de Conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, UniSantos, 2016.

KENDZIOR, Sarah. The peril of hipster economics. 2014. Disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/05/peril-hipster-economics-2014527105521158885.html>

NETO, Francisco Borba Ribeiro; OLIVEIRA, Mônica Fleury de. *Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: O caso da Baixada Santista*, 1983.

SCHICCHI, Maria Cristina *REstauração, RENovação, REvitalização, REqualificação, Reabilitação*. Setembro 2005. Disponível em <http://www.puccamp.br/centros/ceatec/fau_rev/artigo_002.asp> Acesso em: 17 de Janeiro de 2009

VIANA, Mônica Antonia. *Navegando pelas ondas do desenvolvimento: baixada santista em busca de um porto seguro - desenvolvimento, metropolização e os (des) compassos da gestão urbano-regional em múltiplos olhares sociais*. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC/SP, 2010.

Sites visitados

<http://www.cidades.ibge.gov.br>

<http://www.agem.sp.gov.br/>

<http://censo2010.ibge.gov.br/>

<http://www.archdaily.com.br/>

<http://www.landezine.com/>

<http://www.saovicente.sp.gov.br>

ABSTRACT

In this urban intervention project there is a primary concern for respect for traditions and history, so that all the research and premises of the project revolve around a single point: the local inhabitants. The objective is to help residents of Japan Street, an old traditional fishing community, remain in their space and have living conditions that meet their needs and wants. In addition to rescuing the rich local culture that every day is more forgotten and abandoned. In this context, the project proposes an Urban Rehabilitation in the area of Japan Street, in the municipality of São Vicente / SP, a place originally inhabited by professional and artisanal fishermen, constituting today a hybrid of Japanese culture, Caiçara and Northeastern.

KEYWORDS

Architecture and Urbanism. 2. Urban Rehabilitation. 3. Fishermen Caiçaras. 4. Japan Street. 5. São Vicente.